

Estudo Técnico Preliminar 63/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 10280-726.632/2024-37

2. Descrição da necessidade

Manutenção do sistema de ar condicionado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco/AC.

Classificação como serviço comum de engenharia. Trata-se de atividades desempenhadas por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importa em utilidade para a Administração, mas não constitui obra, ou seja, não importa em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

Trata-se de um conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional habilitado, seja arquiteto, engenheiro ou técnico especializado, que envolve o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, e cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente estabelecidos pela Administração, através de especificações usuais do mercado, bem como os serviços serão executados segundo a metodologia, os protocolos, técnicas e boas práticas conhecidas e regulamentadas em normas e a qualidade do trabalho será aferida e atestada através do confronto com as referidas normas técnicas, e mesmo que haja variações de metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado planejado pela Administração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Delegacia da Receita Federal em Rio Branco – DRF/RBO/AC	Claudenir Franklin da Silveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Detalhamento completo e exaustivo no IMR, Plano de Manutenção Preventiva e Planilha Orçamentária.

- CATSER 2771 - Ar condicionado - manutenção de sistemas / limpeza

Adotou-se a empreitada por preço global, em virtude da definição das quantidades dos serviços a contratar, serem obtidas previamente com boa margem de precisão, bem

como as medições e pagamentos serão realizados através de etapas pré-estabelecidas e de fácil aferição, priorizando o controle de qualidade da execução das atividades.

Para habilitação técnica, serão exigidos atestado de:

1. Registro da empresa no CREA;
2. Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de ar-condicionado central por um prazo mínimo de 3 (três) anos; e
3. Comprovação de que dispõe dos seguintes profissionais legalmente habilitados a executarem os serviços: a) um engenheiro mecânico ou industrial modalidade mecânico (CBO-214405) com CREA e experiência mínima de 01 ano; b) um Técnico de refrigeração (CBO-725705) com ensino médio completo, curso técnico NR-10 e experiência mínima de 02 anos; e c) um Auxiliar técnico de refrigeração (CBO-314115) com ensino médio completo, curso técnico ou de qualificação para instalações de climatização do tipo ar-condicionado central com chillers.

A empresa licitante poderá realizar vistoria no local para tomar conhecimento das condições locais para realizar a formulação de sua proposta ou poderá apresentar declaração que possui pleno conhecimento das condições de execução do objeto, de modo que se responsabilizará pelos valores apresentados em sua proposta, bem como não poderá alegar quaisquer questionamentos futuros que ensejem em desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, que implique na solicitação de revisão, reequilíbrio econômico-financeiro e/ou de termo aditivo ao contrato em virtude da eventual não realização de vistoria no local. Cabe salientar, que não foi exigida a obrigatoriedade da vistoria para não restringir o caráter competitivo da licitação.

Admitir-se-á a subcontratação parcial de serviços específicos, tais como: análise da qualidade interna do ar, análise físico-química de óleo e manutenção de motobombas. Estes serviços poderão ser subcontratados em virtude da exigência de utilização de materiais/equipamentos específicos, assim como a necessidade de profissionais com perícia, habilidades e conhecimentos específicos. Tais subcontratações não deverão exceder o limite de 30% do valor total do contrato e dependerá da autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto conforme §1º do Art. 122, da lei 14.133 de 2021. Serviços não relacionados anteriormente, poderão ser subcontratados, desde que previamente autorizados pela FISCALIZAÇÃO.

Será exigida a comprovação PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO sobre o valor total estimado da contratação. Busca-se escolher fornecedores com solidez financeira para cumprir as obrigações do contrato, evitando possível inadimplência e reduzindo risco de problemas na execução do contrato. Adotou-se o percentual de 10% para a comprovação de patrimônio líquido mínimo sobre o valor total estimado, para aumentar ao máximo a segurança financeira da contratação, conforme padrão adotado neste órgão para os Editais anteriores.

Será VEDADA a participação de consórcios. O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento que a participação de consórcios tem como fundamento a

ampliação da concorrência especialmente para obras de grande vulto ou alta complexidade. Porém, o presente serviço é comum e não se justifica a formação de empresas consorciadas para atenderem às qualificações técnicas a serem exigidas na fase habilitação, em prestígio aos princípios da economicidade e razoabilidade.

Será proibida a participação de cooperativas, pois os serviços a serem contratados, pela natureza e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, exige que haja necessidade da vinculação/subordinação dos obreiros com a pessoa jurídica contratada, inclusive de pessoalidade e habitualidade.

Será exigida garantia da execução com o intuito de cobrir quaisquer imprevistos oriundos da inexecução total ou parcial do objeto, bem como dirimir eventuais prejuízos que possam ser causados à administração. Também para garantir a cobertura de eventuais riscos ao patrimônio público, bem como assegurar o fiel cumprimento das obrigações da contratada.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi feito pelo engenheiro responsável pela elaboração do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, Roberta Tamara da Costa Nery de Oliveira, da SAENG. Essa decisão segue novo padrão nacional da DIENG e se baseia em diversas considerações estratégicas e operacionais que visam a otimização do processo e a obtenção de resultados eficazes. A seguir, destacam-se algumas razões para justificar essa abordagem:

Especialização e Conhecimento Técnico: Especialistas em projetos de engenharia geralmente possuem expertise e conhecimento técnico aprofundado no setor. Isso os capacita a compreender as necessidades específicas e a identificar as melhores soluções no mercado para atendê-las.

Economia de Tempo: Ao atribuir a responsabilidade do levantamento de mercado ao projetista, elimina-se a necessidade de envolvimento de terceiros, o que agiliza o processo. O projetista já terá familiaridade com as demandas, reduzindo etapas intermediárias.

Coerência e Consistência: O engenheiro pode garantir que o levantamento de mercado seja realizado de forma consistente e alinhada com os requisitos do serviço. Isso minimiza o risco de informações conflitantes e incompatibilidades no processo.

Integração e Sinergia: A pessoa que realiza tanto o levantamento de mercado quanto a elaboração do projeto de engenharia tem a capacidade de integrar as informações coletadas de forma direta e eficaz, o que pode favorecer coesão e eficiência.

Confidencialidade e Segurança de Dados: A contratação de terceiros para o levantamento de mercado pode envolver a partilha de informações sensíveis. Ao manter o processo sob a responsabilidade do projetista, é possível mitigar riscos de vazamento de informações eventualmente confidenciais.

Responsabilidade Única: A atribuição da tarefa de levantamento de mercado ao projetista simplifica a gestão do contrato, uma vez que a mesma pessoa se torna responsável por várias fases, do levantamento inicial à entrega final.

Economia de Recursos Financeiros: Evitar a contratação de um terceiro para o levantamento de mercado pode resultar em economia de recursos financeiros, uma vez que elimina a necessidade de gerir contratos adicionais e custos associados a terceirizações.

Assim, considerando as vantagens em termos de eficiência, qualidade, integridade dos dados e economia de recursos, a realização do levantamento de mercado pelo projetista se mostra uma abordagem prática e estratégica para o sucesso do projeto de intervenção nos imóveis da Receita Federal.

6. Descrição da solução como um todo

Detalhamento completo e exaustivo no IMR, Plano de Manutenção Preventiva e Planilha Orçamentária. Os serviços deverão ser executados para as unidades da Receita Federal no Acre.

A execução dos serviços deve ser desenvolvida integralmente pelo corpo técnico da empresa a ser contratada, em função de suas especificidades e responsabilização técnica decorrente do serviço e da integração entre os projetos a serem produzidos.

O recebimento será realizado pelo fiscal técnico. Para todas as etapas, a conclusão deverá ser comunicada por escrito. Quaisquer dúvidas e/ou divergências de ordem técnica deverão ser dirimidas preferencialmente com o Fiscal Técnico e as demais com o Gestor do Contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Detalhamento completo e exaustivo no IMR, Plano de Manutenção Preventiva e Planilha Orçamentária.

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA  Receita Federal	RESUMO DO ORÇAMENTO			
	ORÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DE UNIDADES DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO ESTADO DA AGES		DATA: 16/06/2024 RPI: 24,78%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO ACNE		FONTE: BRAN 88400 CON DESONERADO 55,70% -4,80% Compensação PROBPAUL 44,30% 2,40%
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM RIO BRANCO, INSPECTORIA DA RECEITA FEDERAL EM ERITACIOLÂNDIA, INSPECTORIA DA RECEITA FEDERAL EM ARAUCÁRIAS, INSPECTORIA DA RECEITA FEDERAL EM CRUZILÂNDIA DO SUL		
ITEM	DESCRIÇÃO	CUST	T T L	PROPORÇÃO
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA RIO BRANCO	R\$ 1.228.286,76		54,53%
2	MANUTENÇÃO CORRETIVA RIO BRANCO	R\$ 290.487,77		12,89%
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ERITACIOLÂNDIA	R\$ 88.691,95		3,05%
4	MANUTENÇÃO CORRETIVA ERITACIOLÂNDIA	R\$ 26.317,41		1,17%
5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ARAUCÁRIAS	R\$ 75.112,11		3,24%
6	MANUTENÇÃO CORRETIVA ARAUCÁRIAS	R\$ 22.532,86		0,96%
7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA CRUZILÂNDIA DO SUL	R\$ 77.690,76		3,44%
8	MANUTENÇÃO CORRETIVA CRUZILÂNDIA DO SUL	R\$ 20.670,43		1,13%
9	Procedimentos e Materiais de Manutenção (RPI)	R\$ 429.290,98		18,48%
		VALOR TOTAL DO SERVIÇO:	1.815.897,03	100,00%
		VALOR DO GERAL:	24,78%	489.332,20
		VAL DO PREVENTIVO:	18,30%	29.910,98
		VAL DO CORRETIVO DO SERVIÇO:	2,25%	2.254.337,41

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.254.337,41

A Planilha Orçamentária foi elaborada por Engenheira SAENG, Roberta Tamara da Costa Nery de Oliveira, e a metodologia de preço está descrita no item 4 do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes:

Foi observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021.

Foram adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida.

Para os serviços não encontrados no SINAPI, foi realizada pesquisa de mercado, através da solicitação de orçamentos às empresas. Foi consultada a Tabela de taxas de serviços do CONFEA para obtenção de custos de emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será organizada em item único para que todos os serviços fiquem vinculados a um único contrato e um único fornecedor, devido à completa interação e interdependência de todos os serviços envolvidos. Essa decisão se embasa em diversas considerações fundamentais que refletem a complexidade e a interdependência dos serviços envolvidos, com destaque para:

Interdependência dos Serviços: Os serviços necessários para a intervenção nos imóveis da Receita Federal do Brasil são intrinsecamente interdependentes. Cada elemento está diretamente relacionado a outros, de modo que qualquer modificação ou atraso em um serviço afetaria o andamento do todo. Isso torna a divisão dos serviços em múltiplos contratos impraticável e ineficiente.

O serviço envolve um conjunto de trabalhos técnicos específicos, indivisível por sua natureza de integração e absoluta necessidade de compatibilidade entre suas partes. Isso torna inaplicável a divisão em diferentes lotes.

Coordenação Unificada: A organização em um único contrato permite que a empresa contratada assuma a responsabilidade total pela coordenação e execução de todos os serviços. Isso garante uma gestão mais eficaz e uma única fonte de responsabilidade, simplificando a comunicação e a resolução de problemas durante o desenvolvimento do projeto.

Redução de Riscos: A concentração de todos os serviços em um único contrato reduz potenciais riscos de coordenação e conflitos entre diferentes contratados. Isso minimiza a probabilidade de atrasos, conflitos de interesses e litígios, resultando em maior previsibilidade e controle.

Economia de Recursos Financeiros: A contratação de um único fornecedor, em vez de vários, pode levar a economias significativas em termos de custos administrativos e operacionais, uma vez que elimina a necessidade de gerir múltiplos contratos e processos de licitação.

Facilidade na Tomada de Decisões: Uma única empresa contratada simplifica o processo de tomada de decisões, o que é crucial. Evita-se a necessidade de coordenar diversas partes interessadas e garantir o alinhamento de diferentes visões e abordagens.

Garantia de Coerência e Qualidade: Com um único fornecedor responsável por todos os serviços, há uma maior probabilidade de garantir que todas as partes sigam uma visão unificada, mantendo a coerência e a qualidade em todas as etapas do processo.

Portanto, diante da profunda interdependência dos serviços, das vantagens em termos de coordenação, controle de riscos e economia de recursos, a decisão de não parcelar a solução e licitar em item único se justifica como a abordagem mais eficaz e eficiente para a realização da intervenção nos imóveis da Receita Federal.

Considerando o agrupamento em dois itens, o valor de cada um ultrapassa o limite de R\$ 80 mil e, portanto, toda a licitação deverá ser “ABERTA” para qualquer empresa em todos os

grupos e itens, nos termos da Lei Complementar 123/2006, art. 48-I. Também restou ultrapassado o limite anual para dispensa de baixo valor em serviços de engenharia.

Lei Complementar 123/2006. Art. 48 (...) I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte **nos itens de contratação** cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Lei 14.133/2021. Art. 75. É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores

(...) Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

Decreto 11.317/2022. Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo. (...) Art. 75, caput, inciso II: R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos)

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Há previsão dessa natureza de despesa no Plano Contratações Anual – PCA 2024, conforme itens 1 e 28, Classe 871 - Serviço de Manutenção e reparo de produtos fabricados de metal, maquinaria e equipamentos. Identificadores da Futura contratação: 170205-90004 e 90017/2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A DRF/RIO BRANCO está sem o serviço de manutenção.

A finalidade do presente instrumento é assegurar a continuidade do perfeito funcionamento e a conservação dos equipamentos dos Sistemas de Ar-Condicionado Central e Individual, visando atender às necessidades de conforto ambiental e garantir a boa qualidade do ar, para uma melhor prestação de serviço e atendimento ao contribuinte.

A NBR 16401 da ABNT estabelece como temperatura recomendada para condições internas de conforto térmico a faixa de 23 °C a 25 °C, no verão, e de 20 °C a 22 °C, no

inverno. As condições externas nas cidades de Rio Branco, Epitaciolândia, Assis Brasil e Cruzeiro do Sul, tanto no verão quanto no inverno, alcançam temperaturas muito distantes desse parâmetro e, para proporcionar conforto aos usuários; os prédios da DRF possuem um sistema de ar-condicionado instalado e em operação, necessitando da prestação do serviço que é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade permanente e essencial para o funcionamento do órgão e garantia da segurança dos usuários.

O uso diário desses sistemas provoca um acentuado desgaste dos componentes mecânicos e elétricos, acarretando a necessidade de manutenção periódica, com o intuito de assegurar a conservação das características de desempenho técnico de seus componentes e para garantir a qualidade do ar e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

Há ainda a necessidade de garantir a confiabilidade e disponibilidade dos equipamentos de climatização para a sala com servidor de rede para preservação das informações e funcionamento dos sistemas.

Sendo assim, de forma a manter um ambiente satisfatório para servidores e colaboradores na realização de suas atividades e atendendo às exigências legais e recomendações técnicas, faz-se necessária a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização, mantendo-os sempre em boas condições de utilização, efetuando periodicamente verificação do estado de limpeza, remoção das sujidades e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os seus componentes.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Existem critérios de sustentabilidade relevantes padronizados para este serviço, conforme Caderno de Contratações Sustentáveis da SPOA/MF:

p. 110, item 4. APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL

p. 265. item 38. SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO

p. 269. item 39. SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO – Serviços de manutenção

p. 54, item 8. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (sustentabilidade e acessibilidade)

p. 101, item 1. ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

p. 201, item 23. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – Resíduos

p. 206, item 24. OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA

15. Demais itens de análise

A. CLASSIFICAÇÃO

Documento público de livre acesso.

B. LISTA DE NORMATIVOS

As principais normas pertinentes à matéria são: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), Decreto nº 3.722/2001 e IN/SLTI/MP nº 02/2010 (SICAF), IN/SLTI/MP nº 01/2010 (critérios de sustentabilidade), Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538/2015 (micro e pequenas empresas), normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

De forma residual, aplica-se analogia para: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000 (Pregão), Decreto nº 5.450/2005 e IN/SLTI/MP nº 03/2011 (pregão eletrônico), Decreto 10.024/19 (Pregão para serviços comuns de engenharia), Lei nº 9.632/1998, Decreto nº 9.507/2018, Portaria MP 443/2018 e IN/SEGES/MP nº 05/2017, validada pela IN/SEGES/ME nº 98/2022, (contratação de serviços),

C. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O TCU recomenda o uso preferencial da modalidade Pregão Eletrônico para serviços comuns, como no presente caso. Trata-se de serviço técnico de Engenharia, que necessita da participação e acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei 5.194/66, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado.

A legislação orienta adotar o SRP sempre que possível, mas não se vislumbra hipótese para o cabimento dessa modalidade: a demanda é certa e o objeto é muito específico e não permite participação de outros órgãos. Assim, será adotada a modalidade de Pregão tradicional.

Lei 14.133/2021. Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado; II - **processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;**

Decreto 7.892/13. Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

D. MINUTAS DE EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E CONTRATO

Foram utilizadas as minutas padrão disponíveis no site da AGU. Há Termo de Responsabilidade juntado nos autos.

E. ALÇADA ADMINISTRATIVA

O art. 2-M da Portaria RFB nº 224, de 7 de fevereiro de 2019, define regra de alçada para contratos de custeio. Como o valor global do contrato supera R\$ 1 milhão, é necessário obter autorização da COPOL em Brasília/DF, mediante dossiê em separado.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Especificações técnicas formalizadas. Termo de Justificativas Técnicas Relevantes assinado. Recurso reservado. Autorização solicitada em dossiê separado.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUSTAVO AMORIM ANTUNES

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 01/08/2024 às 15:12:52.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 01/08/2024 15:13:52 por Gustavo Amorim Antunes.

Documento assinado digitalmente em 01/08/2024 15:13:52 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 03/09/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP03.0924.13298.5KM1

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
7309CFEA8DEE21DF0045474F4C1FF1F899D66C942BB44B0B5365C0ECD2DBB824